

# Galego e Português Brasileiro

história, variação e mudança



LaborHistórico

Volume 3 - Número 2 - jul./dez. 2017

Universidade Federal do Rio de Janeiro

# Sumário

<b>Apresentação</b>	10
---------------------	----

*Xoán Carlos Lagares*  
*Leonardo Lennertz Marcotulio*

## Dossiê Temático

<b>Norma e autoridade linguística no galego e no português brasileiro</b>	12
---	----

*Henrique Monteagudo*  
*Xoán Carlos Lagares*

<b>Language Policies and Linguistic Culture in Galicia</b>	28
--	----

*Anik Nandi*

<b>Considerações sobre os conceitos de língua e variedade: uma discussão com base no galego</b>	46
---	----

*Melina Souza*

<b>Dêixis de lugar e esquemas imagéticos em amostras de fala do português brasileiro e do galego contemporâneos</b>	58
---	----

*Maria Jussara Abraçado de Almeida*  
*Rachel Maria Campos Menezes de Moraes*

<b>As construções de foco no galego é o que eu estou tentando entender</b>	71
--	----

*André Felipe Cunha Vieira*

<b>Convergência do léxico por contato entre o português brasileiro e o galego modernos</b>	97
--	----

*Valéria Gil Condé*

## Varia

Por que reeditar (e reler) "O tratamento você em português: uma abordagem histórica" 108

---

*Christiane Maria Nunes de Souza*

## Clássicos

O tratamento "você" em português: uma abordagem histórica 114

---

*Carlos Alberto Faraco*

Recebido em 18 de agosto de 2017. | Aprovado em 11 de outubro de 2017.

DOI: <http://dx.doi.org/10.24206/lh.v3i2.17123>

Henrique Monteagudo<sup>1</sup>  
Xoán Carlos Lagares<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo propõe uma análise comparada do modo como se constrói norma e sobre os conflitos próprios da constituição da autoridade normativa no galego e no português brasileiro. A justificativa para esse tipo de estudo comparado recai no fato de se tratar de “línguas emergentes”, num modelo de análise relativista, em situações diglóssicas dentro de contextos socio-históricos muito diferentes, e que têm entre si uma relação de filiação genética dentro do grupo linguístico português. Nesse sentido, a análise das condições de produção de norma e seus conflitos em cada caso, e as ideologias linguísticas implicadas, permite entender as tensões entre unidade e fragmentação dentro do espaço linguístico identificado com a “língua portuguesa”.

**Palavras-chave:** norma linguística; pluricentrismo; ideologia linguística.

**Abstract:** This article proposes a comparative analysis of the way how the standard is built and about the conflicts inherent to the constitution of normative authority in Galician and Brazilian Portuguese. This type of comparative study among linguistic varieties is justified because they are "emerging languages", in relativistic model of analysis, in diglossic situations within very different socio-historical contexts, and that have a relation of genetic affiliation inside the *portugalego* linguistic group. In this sense, the analysis of the conditions of production of norm and its conflicts in each case, and the linguistic ideologies involved, allows to understand the tensions between unity and fragmentation in the linguistic space identified with the "Portuguese language".

**Keywords:** linguistic norm; pluricentrism; language ideology.

---

<sup>1</sup> Profesor titular de Filoxías Galega e Portuguesa na Universidade de Santiago de Compostela. Investigador do Instituto da Lingua Galega, a súa pesquisa céntrase nos campos da historia da lingua, a sociolingüística e a edición de textos. É autor, coautor ou director de numerosos traballos sobre filoxía, lingüística, sociolingüística e historia social da lingua galega. Salientan o volume *Estudios de sociolingüística galega* (1995), a monografía *Historia Social da Lingua Galega* (1999) e os estudos *A sociedade galega e o idioma. A evolución sociolingüística de Galicia (1992-2003)* (2006), *O idioma galego na sociedade. A evolución sociolingüística 1992-2008* (2011), *A(s) lingua(s) a debate. Inquérito sobre opinións, actitudes e expectativas da sociedade galega* (2011) e *Lingua e sociedade en Galicia. A evolución sociolingüística 1992-2013* (2017). Codirixiu o *Informe de Política Lingüística e Normalización en Galicia (1980-2000)*, publicado en tres volumes polo Consello da Cultura Galega. É editor dos volumes *Norma lingüística e variación* (2005), *Sociedades plurilingües: da identidade á diversidade* (2009) e *Linguas, sociedade e política. Un debate multidisciplinar* (2012). [henrique.monteagudo@usc.es](mailto:henrique.monteagudo@usc.es).

<sup>2</sup> Doutor em Letras pela Universidade da Coruña. Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense. A sua pesquisa desenvolve-se no âmbito da linguística histórica, da história social das línguas ibéricas e das políticas linguísticas. Publicou *E por esto fez este cantar* (2000) e *O xénero gramatical en galego* (2006) e co-organizou a coletânea *Políticas da norma e conflitos linguísticos* (2011). [xlagares@id.uff.br](mailto:xlagares@id.uff.br).

No presente artigo nos propomos empreender uma análise comparativa da questão da norma linguística no Brasil e na Galiza, tal e como veio se desenvolvendo nas últimas décadas. Vamos adotar um ponto de vista sociolinguístico, pondo o foco não sobre os aspectos propriamente linguísticos de cada um dos processos, mas sobre os seus pressupostos, implicações e dimensões sociais, colocando-nos nos respectivos contextos históricos e glotopolíticos. Partimos da base de que os processos de padronização, e particularmente, de emergência de variedades normativas, não se produzem no vazio, mas que estão associados simbioticamente a processos de (re)configuração de identidades coletivas e, na medida em que o estabelecimento de modelos normativos implica também em mudanças nas relações de poder – político, cultural e/ou propriamente linguístico – constituem campos de tensão e de confronto entre distintas concepções ideológicas (ou ideolinguísticas) e entre interesses contrapostos. Por outro lado, focaremos o processo de emergência de tais modelos normativos fazendo uso das ferramentas conceptuais e analíticas da standardologia, adotando o modelo relativista desenvolvido por Žarko Muljačić a partir das contribuições de Heinz Kloss (1967), e aproveitando as propostas de John Joseph (1987).

O modelo relativista nos convida a por em destaque as limitações que apresenta a taxonomia tradicional, que apenas reconhece duas categorias, dicotômicas e estáticas, *língua* versus *dialeto* e, portanto, a não nos precipitarmos a classificar numa dessas categorias uma determinada variedade ou (sub)sistema linguístico<sup>3</sup>. Sem dúvida, na realidade existem línguas e dialetos “indiscutidos” – isto é, umas e outros existem e funcionam como tais enquanto instituições sociais, como entidades estabelecidas numa determinada cultura linguística e/ou como objetos reconhecidos, construídos ou estudados pela ciência linguística. Mas também existem processos de *lingualização*, através dos quais uma variedade linguística não reconhecida previamente como língua é promovida para a *linguicidade*, e existem processos de *dialetalização*, através dos quais um sistema linguístico previamente reconhecido como língua é degradado a dialeto. Portanto, por um lado, a condição de língua ou dialeto é histórica, mutável e reversível, e por outro lado, não devem ser tomadas como categorias dicotômicas: se encontram nos dois extremos de um *gradatum*. O problema é que não existem categorias estabelecidas para classificar as variedades linguísticas que se encontram em posições intermediárias nesse *gradatum*. Aqui as denominaremos idiomas, apesar de reconhecermos a ambiguidade desse termo.

Tanto o Português do Brasil como o Galego emergem a partir de situações de diglossia. As diferenças entre a situação diglósica no Brasil e na Galiza são evidentes: no primeiro caso, a variedade baixa (Código B: Português Brasileiro) está coberta por um teto homogenético (Código A: Português Europeu Culto)<sup>4</sup>; no segundo caso, a variedade baixa (B: Galego) está coberta por um teto heterogenético (A: Castelhana). Nesse sentido, poderíamos falar no primeiro caso de *endodiglossia* e no segundo de *exodiglossia*. Mas nos dois casos estamos diante de processos de emergência: o português brasileiro está emergindo a partir dos falares populares brasileiros, questionando a tutela do português culto europeu, de modo análogo ao do galego, que pugna por emergir, liberando-se da tutela do castelhana. Ambos os processos de emergência implicam também superar estágios iniciais de *ofuscamento* das respectivas variedades linguísticas até um estágio de *definição*, mediante uma progressiva *focalização*. Nesses processos de emergência/focalização, a forja de uma variedade normativa ou padrão e a elaboração de uma norma linguística jogam um papel central (LEPAGE; TABOURET-KELLER, 1985, p. 180-206): tanto o português do Brasil como o galego vão se conformando como (sub)sistemas autônomos, articulando-se em volta de uma variedade de referência codificada.

Por outro lado, nos processos de focalização das variedades linguísticas, joga um papel decisivo a escrita (que é uma agência privilegiada de estabilização, prestígio e controle das variantes e das variedades linguísticas) e os instrumentos de descrição/compilação/sistematização tais como as gramáticas, manuais, dicionários. Ao longo desses processos as operações de descrição e prescrição linguísticas têm caráter circular. Eis a relevância da tarefa dos linguistas, gramáticos, lexicógrafos e estudiosos da língua, e por outra parte dos escritores, jornalistas, professores e outros produtores de textos escritos. Analogamente, nos processos de emergência de uma variedade linguística de referência (*norma culta*), costuma haver circularidade entre a padronização da língua e a sua codificação: a primeira se produz pela decantação de variantes linguísticas que

<sup>3</sup> Como é sabido, nos estudos de sociolinguística costuma se empregar a denominação *variedade* para qualquer (sub)sistema linguístico de qualquer nível, definido por apresentar um conjunto coerente de *variantes* (fônicas, gramaticais, lexicais, pragmáticas...) em relação a um ou vários parâmetros de variação (diacronia, diatopia, diastratia, diafasia, diamesia...). No presente estudo, empregaremos *(sub)sistema linguístico* como sinônimo de *variedade* nesta acepção concreta.

<sup>4</sup> Até mesmo na hipótese de que o Português do Brasil seja o resultado de um processo de transmissão linguística irregular, como propugna Dante Lucchesi (2009), o parentesco genético entre aquele e o Português Europeu continuaria sendo estreito.

adquirem prestígio irradiante – prestígio que obtêm por irem associadas a grupos sociais prestigiosos por razões socioculturais –, pelo que são selecionadas como variantes *normativas*; mas, ao mesmo tempo, as variantes selecionadas como normativas pelos cultivadores da línguas e os prescritores têm as maiores probabilidades de se converterem em canônicas, se revestirem de prestígio e assim ganharem potencial de difusão (LEPAGE; TABOURET-KELLER, 1985, p. 180-206).

Ora bem, o português do Brasil e o galego se encontram em estado constituinte, pois não culminaram por enquanto os seus respectivos processos de definição: tanto um quanto o outro se encontram num estágio de focalização muito mais avançado do que se achavam só umas décadas atrás, mas não são ainda sistemas linguísticos constituídos, plenamente estabelecidos e amplamente reconhecidos. O português brasileiro não possui uma variedade de referência unificada na fala e na escrita, e carece de instrumentos de codificação propriamente ditos; no caso do galego, também não tem decantada uma variedade de referência unificada na fala nem na escrita, e por outro lado os instrumentos de codificação de que dispõe não são completos (por exemplo, falta uma gramática normativa suficientemente compreensiva e um dicionário geral, além de carecer de recursos terminológicos), mas, além disso, não existe um consenso sobre a orientação da sua variedade normativa. A análise comparada desses processos vai nos ocupar nas páginas seguintes.

### Política linguística e dinâmicas normativas

Para uma abordagem tecnocrática da Política Linguística, a construção de padrões linguísticos seria apenas uma questão técnica que precisaria da intervenção de especialistas. A missão deles seria elaborar os instrumentos necessários para fazer com que uma língua possa ser utilizada nos mais diversos âmbitos de usos. Como explica Silva (2013), nos anos 60 essa área de conhecimento dos estudos da linguagem surge ligada à ideia de planejamento, tendo como objetivo a resolução de “problemas linguísticos”. Nesse momento histórico o processo de descolonização na África traz à tona o “problema” do multilinguismo das novas nações, e a “necessidade” de planificar uma ordem linguística nacional que desse coesão aos novos estados em formação. Um dos principais procedimentos para conseguir esse fim é a oficialização de uma língua e o reconhecimento limitado doutros idiomas com função veicular clara em todo o território nacional ou numa parte dele. Normalmente, a língua escolhida como oficial é a língua do antigo colonizador, já equipada com um amplo conjunto de instrumentos gramaticais e dotada de uma extensa tradição escrita. As outras línguas reconhecidas pelo estado devem ser equipadas, à imagem e semelhança da língua oficial, para fazê-las cumprir novas funções na ordem nacional que acaba de ser criada.

De fato, uma obra em muitos sentidos pioneira da área, publicada em 1971, se pergunta já no título se a língua pode ser planejada, e propõe uma teoria e uma prática sociolinguística para o desenvolvimento nacional: *Can language be planned? Sociolinguistic Theory and Practice for Developing Nations*, de Rubin e Jernud (1971). Nesse livro, a planificação linguística é definida da seguinte maneira:

deliberate language change; that is, changes in the systems of language code or speaking or both that are planned by organizations that are established for such purpose or given a mandate to fulfill such purposes. As such, language planning is focused on problem-solving and is characterized by the formulation and evaluation of alternatives for solving language problems to find the best (or optimal, most efficient) decision.

Especificamente em relação à questão normativa, neste momento histórico a necessidade de equipar línguas de países africanos e asiáticos em processo de descolonização está presente à hora de caracterizar a política linguística como uma intervenção experta sobre a realidade social da linguagem. Essa intervenção à procura da “eficiência” é apresentada, dessa perspectiva, desprovida de qualquer traço ideológico, pois a formação de nações unificadas linguisticamente de acordo com o modelo monoglóssico europeu, objetivo declarado da planificação, é visto como um bem inquestionável para essas sociedades. Nessa formulação de política linguística age como princípio hegemônico (e, portanto, naturalizado) a ideologia da língua nacional (vid. MONTEAGUDO, 2013).

Por outro lado, se a gestão da enorme diversidade linguística desses novos países é visto como um problema para o “desenvolvimento nacional”, a padronização ortográfica e gramatical de línguas exige também um investimento de reflexão e de pesquisa sobre esses mesmos processos. A política linguística se define desde as

suas origens como uma prática e, ao mesmo tempo, como uma área de pesquisa, relacionada à linguística aplicada e à sociolinguística.

Os estudos pioneiros de Einar Haugen sobre o processo de padronização do norueguês são um exemplo dessa relação estreita entre ação e reflexão, e um exemplo de que as intervenções sobre a realidade social da linguagem fazem parte sempre de processos político-culturais muito mais amplos e não podem ser abordados de uma ótica apenas tecnocrática. Até a data de sua independência, em 1905, a Noruega fazia parte da Dinamarca, e nela eram usadas diversas variedades linguísticas escandinavas locais, urbanas e rurais, enquanto o padrão literário era o dinamarquês escrito. As variedades escandinavas faladas nos três países nórdicos, Dinamarca, Noruega e Suécia, são compreensíveis entre si até hoje, embora sejam concebidas como línguas independentes e recebam nomes específicos diferentes. Ao longo do século XX a Noruega independente foi aprovando diversas reformas, num debate normativo intenso que tinha como opções, nos extremos, o dinamarquês escrito e a língua popular norueguesa, com diversas possibilidades normativas entre ambas. Hoje essa oposição se identifica em dois padrões conhecidos como *bokmål* (língua dos livros, antes *Rijksmål*) e *nynorsk* (neonorueguês, um padrão construído com base nas falas populares; antes *Landsmål*).

Enquanto intervenção sobre a realidade linguística, tanto se afeta ao *corpus* da língua, como se diz respeito ao seu *status*, é evidente que a política linguística dialoga intimamente com as polêmicas sociais do momento, com as relações de poder e os interesses dos diversos atores sociais. Nesse sentido, uma política implementada num momento histórico concreto pode resolver problemas percebidos como tais por determinado grupo e causar outros não previstos originariamente. O saber *técnico* linguístico-estrutural não é suficiente para valorar a incidência de intervenções sociais profundas como são todas as que afetam as línguas. Mesmo os aspectos aparentemente mais superficiais, como podem ser, precisamente, aqueles que dizem respeito à representação ortográfica, costumam estar carregados de ideologia e incidem em planos muito diversos da vida social: o da identidade linguística da comunidade, o da sua relação com línguas próximas, o da identificação dos falantes com a variedade escrita da sua própria língua, etc.

No processo de planificação, Haugen (2001, p. 110-114) identifica ou descreve quatro fases de atuação, que responderiam a quatro momentos diferentes de intervenção sobre a língua, tanto no plano do *corpus* como do *status*:

- a) A escolha da variedade que vai servir de base para o padrão.
- b) A codificação dessa variedade, a partir dos três principais instrumentos linguísticos gramatizadores: a ortografia, a gramática e o dicionário.
- c) A aplicação desse padrão no processo educacional do país, o que supõe a constante correção dos alunos e a avaliação do seu domínio.
- d) A modernização ou desenvolvimento funcional da língua padrão, dotando-a de repertórios lexicográficos e de recursos estilísticos para dar conta de todos os gêneros discursivos das mais diversas esferas de atuação social.

É preciso considerar que esse esquema constitui um ideal de racionalização de um processo sociopolítico extremamente complexo. Quando levado adiante nessa sequência, através do planejamento realizado por instituições do Estado, podemos dizer que ele responde ao que Calvet (2007, p. 68-71) denomina gestão *in vitro*. Isto é, pressupõe a existência de técnicos ao serviço de um poder político que planejam cada um dos passos de acordo com interesses nem sempre explicitamente declarados.

Historicamente, no entanto, as fases de construção de um padrão linguístico costumam não respeitar essa ordem, além de constituírem, como dizíamos, processos sempre polêmicos. As disputas começam na definição da variedade linguística que vai servir de base para o *standard*, e passam também pela legitimidade para construir instrumentos *autorizados*, quer dizer, aos quais se atribua autoridade para guiar as práticas linguísticas dos falantes. Com muita frequência, o desenvolvimento funcional acontece antes mesmo da codificação da língua, pois não é estranho que as línguas sejam primeiro usadas literariamente, e só após um período de cultivo literário em diversos gêneros passem a ser objeto de gramatização. Isso aconteceu com o galego-português ou com o castelhano, que atravessaram a Idade Média como línguas de cultivo literário, em certos gêneros, tanto em verso como em prosa, e só no final do século XV e início do XVI foram objeto de codificação gramatical. Em processos mais recentes de padronização de línguas minoritárias também é comum que grupos de escritores “militantes”

explorem nelas diversos gêneros literários e desenvolvam um incipiente mercado leitor antes de se fixar uma gramática padrão, e até mesmo sem a existência prévia de uma ortografia comum.

Como o processo é complexo e polêmico, e nele costumam intervir vários agentes, individuais e coletivos, a norma padrão costuma experimentar também variação, apesar de seu caráter artificial. Grupos sociais diversos podem, igualmente, assumir de diferentes maneiras em seus usos linguísticos as prescrições mais aceitas, de maneira a se estabelecer vários regimes de normatividade (KROSKRITY, 2000).

Em todo o caso, a questão fundamental que se coloca nos processos de padronização tem a ver com a autoridade: Quem pode fazer isso? Sobre que bases ideológicas e com que objetivo se empreende a padronização? É por esse motivo que preferimos falar em “dinâmicas normativas” para nos referir aos processos de padronização, entendidos não como a simples aplicação de critérios técnicos para resolver o problema da homologação das línguas, mas como processos históricos em que intervêm agentes com interesses e aspirações diferentes, em âmbitos sociais modelados por representações linguísticas e por ideologias frequentemente em conflito (LAGARES, 2016).

Analisar dinâmicas normativas numa perspectiva comparada permite, do nosso ponto de vista, enxergar aspectos que numa visão apenas interna do processo de padronização podem não resultar tão evidentes. No caso do galego e do português do Brasil estamos diante de variedades constituídas historicamente em condições muito diferentes, e que se situam nos extremos de uma deriva histórica do ponto de vista genético-estrutural. Tentar entender o modo como as línguas são construídas, através dos processos normativos, que estabelecem centros ou focos de reconhecimento, pode ser útil para compreender as possibilidades políticas de comunicação e de intercâmbio cultural entre variedades históricas relacionadas. Essa análise também pode permitir afastar interpretações precipitadas, não embasadas histórica nem teoricamente, e fundamentadas em preconceitos, sobre unidade linguística e separação de línguas.

Monteagudo (2012, p. 37-38) formula uma distinção teórico-metodológica fundamental para compreender a importância das dinâmicas normativas na constituição histórica das línguas. De acordo com essa distinção, entre o galego e o português brasileiro haveria uma relação de “filiação genética”, conceito que diz respeito à evolução diacrônica do sistema linguístico. Esse conceito sistêmico-estrutural se contrapõe ao de “continuidade histórica”, que se refere propriamente à história das comunidades linguísticas. Haveria três pontos essenciais para estabelecer essa filiação genética entre o galego e o português brasileiro: a) a origem comum do galego e do português, no galego medieval; b) a origem do brasileiro no português; c) as rupturas causadas pelos contatos linguísticos; no caso do galego, pelo contato com o castelhano; e no caso do português brasileiro, pelos contatos com línguas indígenas e africanas durante o período colonial; considerando que já antes no português europeu houve uma ruptura causada pela desgaleguização levada a cabo ao longo dos séculos XV-XVI (NETO, 1979, p. 390, se veja também 397 e 495; CASTRO, 2006, p. 155), a intensa relatinização produzida durante o Renascimento (século XVI) e também pela influência do castelhano (séculos XVI-XVII; VENÂNCIO, 2008; 2012).

Se do ponto de vista da diacronia do sistema, os processos de mudança linguística, alguns de longa duração, se manifestam em ritmos diferentes em diversas partes dos territórios em que são faladas as variedades do tronco histórico galego-português, são os diversos processos normativos, os focos que irradiam modelos de práticas linguísticas e representações mais ou menos unificadas de língua, que estabelecem claras rupturas históricas. Dessa perspectiva, a norma seria o elemento que põe em relação ambas as dimensões, a diacrônica e a histórica. De fato, um dos desafios centrais da sociolinguística é superar a dicotomia entre as chamadas história externa (i.e., *história social*) e história interna (i.e., *gramática diacrônica*), uma falsa dicotomia, um autêntico *cul-de-sac* a que conduz, precisamente, a orientação formalista dos estudos gramaticais. O estudo dos processos de constituição e evolução das variedades-modelo (cultivadas, elaboradas, codificadas, padronizadas...) da língua pode oferecer a chave para consegui-lo.

Com efeito, a linguística estrutural contempla a evolução das línguas como um processo natural, cego, movido por uma dinâmica interna de caráter inapreensível (uma *deriva*). A sociolinguística constata que isso não é assim, dado que as mudanças na estrutura social (nos distintos planos: econômico, cultural, político) têm um papel decisivo nessa evolução. E como se produz a passagem do plano histórico (da comunidade linguística) à diacronia (“interno” da língua)? O cultivo e a elaboração da língua, e nomeadamente os processos de padronização, oferecem a interface entre ambos os planos: a evolução do conjunto do sistema linguístico está em boa parte guiada pela das suas variedades centrais, cultivadas e elaboradas; são elas que “marcam a pauta” do conjunto do sistema. Ora bem, é claro que na conformação e constante reformulação das variedades centrais os



fatores sociais jogam um papel decisivo. A chave, tanto nos aspectos “espontâneos” da elaboração da língua como nos mais planejados (como a codificação), está no prestígio: as variedades que orientam a evolução da língua o fazem graças ao prestígio de que desfrutam, mas atingem (ou perdem) prestígio precisamente por motivos sociais. Também é verdade que as variantes nem sempre se difundem de cima abaixo, mas com frequência se produzem movimentos ascendentes; porém, mesmo nesses casos, a explicação depende de mudanças de tipo social, que outorgam prestígio a variantes que dele careciam, ou o retiram de outras que o detinham previamente.

Portanto, os processos de elaboração da língua tiveram e têm uma enorme importância como orientadores da evolução do conjunto do sistema linguístico. A consideração desses processos constitui uma relevante interface entre o plano sistemático-linguístico (diacrônico) e a história social da língua, pois os fenômenos de cultivo e elaboração das línguas, sendo como eles são decisivos na configuração da arquitetura dos diassistemas linguísticos (isto é, na sua organização e hierarquização em centro e periferia), estão estreitamente condicionados por fatores políticos e socioculturais (MONTEAGUDO, 2017).

### **Emergência do Português Brasileiro e do Galego: pluricentricidade e polinomia**

Nas últimas décadas, desde 1975 aproximadamente, o galego, por um lado, e o português, por outro, experimentaram uma profunda redefinição. Esta redefinição é inseparável de uma série de profundas transformações dos respectivos contextos históricos. Para mencionar alguns dos aspectos mais notáveis, no tocante ao português podemos citar a queda da ditadura salazarista em Portugal, a democratização do sistema político brasileiro (com o impulso às políticas de integração social dos governos *trabalhistas* no início do século XXI: BAGNO, 2006 e LUCCHESI, 2011), a independência das colônias portuguesas da África. No referente à Galiza, o final do franquismo na Espanha (1975) deu lugar a um regime de monarquia parlamentar que concedeu certa autonomia política às distintas “nacionalidades e regiões”, entre as quais Galiza, que pôde assim dotar-se de um governo, um parlamento e um aparato institucional próprios com competências em matéria linguística, cultural e educativa. E isso tudo foi acompanhado dos processos de construção europeia e latino-americana (o segundo mais modesto e serôdio), o triunfo internacional do liberalismo a partir da década de oitenta e, ligado a este, a erupção do processo de escala planetária conhecido como globalização. Todos esses processos tiveram como resultado mudanças significativas na ecologia dos idiomas que nos ocupam, que por sua vez motivaram respostas adaptativas na esfera glotopolítica de grande relevância para o nosso estudo. Aqui interessam especificamente duas: a emergência do galego e a do português brasileiro. Na emergência do galego uma questão que se revelou central foi a sua aproximação ao espaço de expressão portuguesa (também conhecido como *Lusofonia*). Por outro lado, a emergência do português brasileiro obrigou a uma reformulação desse espaço, em termos de pluricentricidade.

No português vieram lutando com força velhas pulsões unificadoras e tendências separatistas cada vez mais poderosas (CASTRO, 2017a). Em sentido unificador, e em estreita correspondência com o avanço da globalização, desde os anos 80 proliferaram as iniciativas para promover o status do português como língua de comunicação internacional (FARACO, 2010, p. 194-199; FARACO, 2016, p. 301-357): criação de um Instituto Internacional da Língua Portuguesa (1989), estabelecimento de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa (1996), elaboração de um Acordo Ortográfico concebido para resolver a divergência entre o PE e o PB na escrita (1990). O discurso do português como língua de comunicação internacional já não responde à anacrônica retórica imperial (que, mesmo assim, ainda se faz ouvir, especialmente em Portugal), mas está saturado de ideologia globalista (excelentes exemplos em OLIVEIRA, 2013a; 2013b; ver também MONTEAGUDO, 2016). Relacionado a este projeto, surgiu também a noção de Lusofonia.

No sentido separatista, a crise da norma culta no Brasil está abrindo caminho para a afirmação do português americano como uma variedade nacional com características não apenas fonéticas e lexicais, mas também morfosintáticas, semânticas e pragmático-discursivas muito específicas, claramente distintivas em comparação com o PE (BAGNO, 2003; 2011; LUCCHESI, 2011). Nas últimas décadas, junto com a afirmação da democracia no “gigante americano”, assistimos à reformulação da identidade nacional brasileira no sentido de superar o molde eurocêntrico, excludente e racista, orientado para o Norte, substituído por um modelo pluralista, híbrido e inclusivo, voltado para o Sul e para as alianças com países emergentes. Brasil pugnava por se definir como um país multirracial, incorporando as heranças culturais indígenas, africanas e das várias migrações dos dois séculos passados. A questão da norma culta que emergiu nas últimas décadas é inseparável dessa redefinição e, muito especificamente, dos esforços dos governos progressistas para avançar em direção a uma sociedade

inclusiva e coesa. Uma parte fundamental desse programa é a educação, como uma alavanca para a inclusão social e para a promoção da igualdade de oportunidades. Na medida em que o sistema de ensino se estendeu para integrar setores inteiros da população historicamente excluídos, ficou dramaticamente clara a inadequação da antiga norma linguística lusitanizante, fortemente classista e situada a uma enorme distância da realidade viva da língua realmente utilizada pelas pessoas.

A concepção pluricêntrica do português que se está abrindo caminho recobre uma tensão irresoluta entre as dinâmicas unificadoras e as separativas (BAXTER, 1992; CASTRO, 2017; ROSA, 2008). Por outro lado, a redefinição do português como Língua de Comunicação Internacional implicou também na renúncia (pelo menos, aparente) ao velho modelo de língua imperial, mono(euro-)cêntrica e uniforme (OLIVEIRA, 2013a). E já não se trata apenas do Brasil, mas também de Angola e Moçambique, países em que os progressos do português como L1 ou L2 estão acompanhados, quase inevitavelmente, da renativização da língua num sentido particularizante. Quanto ao Acordo Ortográfico de 1990 (AO), peça chave desse processo, está agora plenamente vigente no Brasil (desde 2009) e Portugal (desde 2011), mas ainda não em Angola. Mesmo que este assunto não diga respeito à presente contribuição, deixemos indicado que por baixo do AO se encontram os interesses geopolíticos de política exterior, nem sempre coincidentes, do Brasil e Portugal (FARACO, 2010; CASTRO, 2017b).

No referente ao galego, lembremos rapidamente os antecedentes. Depois de experimentar uma intensa emergência como língua escrita e literária durante os séculos XIII-XV, processo comum a Galiza e Portugal até finais do século XIV, na segunda metade do século XV a língua galega foi suplantada na Galiza pelo castelhano nos usos escritos e cultos, para cair numa decadência completa entre finais desse século e até o século XIX. Enquanto isso, o português, paulatinamente convertido em língua de estado e, posteriormente, da alta cultura, a finais do século XIV empreendeu uma deriva divergente do galego, que se acentuou a partir do século XV, e especialmente a partir do XVIII, ao mesmo tempo que atingia uma difusão transcontinental (MONTEAGUDO, 2012). Na segunda metade do século XIX, iniciou-se um processo de re-emergência do galego, que se desenvolveu ao longo do século XX, superando a prova da perseguição a que foi submetido pela ditadura de Franco (1936-1975). Só a partir de 1970 tomam corpo os esforços de codificação e padronização da língua, que ganham um forte impulso, como acabamos de assinalar, desde 1980, com a posta em andamento do Estatuto de Autonomia da Galiza<sup>5</sup>.

A evolução do galego nas últimas décadas pode ser considerada uma verdadeira revolução, mesmo que esta revolução não conseguiu a reversão do processo de substituição linguística em favor do castelhano, que avançara lentamente durante os séculos XVI a XVIII, mas ganhou um ritmo progressivamente acelerado desde o início do século XIX. Nos meados do século XX, durante a ditadura nacional-católica, o processo de substituição experimentou uma aceleração súbita, situação herdada a finais do franquismo (FERNÁNDEZ; RODRÍGUEZ, 1995, p. 51-55). Desde 1977, especialmente a partir da aprovação do Estatuto de Autonomia, o galego ganhou reconhecimento como língua oficial, com tudo o que isso significa em termos de presença no ensino, uso pelas administrações públicas, visibilidade e difusão pública através dos meios de comunicação, aumento do prestígio, etc. (BOUZADA; MONTEAGUDO, 2002). Uma parte fundamental do processo de normalização, especialmente em matéria de padronização, foi a aprovação de umas *Normas Ortográficas e Morfológicas* oficiais por parte da Real Academia Galega (1982), e a conseguinte fixação da gramática, depuração e atualização do vocabulário, diversificação estilística... (MONTEAGUDO, 2003; 2005). Tudo isso em meio a um ruidoso debate focado precisamente na questão de sua relação com o português e sua posição dentro de um pretendido diassistema galego-luso-brasileiro (SÁNCHEZ VIDAL, 2010).

Com efeito, dada a origem comum de ambos os idiomas, a padronização do galego apresenta com toda a crueza esta questão: deve o galego se desenvolver como língua plenamente autônoma? Ou deve se desenvolver como variedade do português? O que aconteceu na realidade histórica é que desde o início do seu cultivo literário contemporâneo, na segunda metade do século XIX, o galego foi padronizado como uma língua autônoma, mas nas últimas décadas surgiu uma corrente que defende a segunda opção, conhecida como *reintegracionismo*, assim denominada por propugnar o que apresenta como *reintegração* do galego no português. Portanto, o galego é hoje

---

<sup>5</sup>Veja-se Nandi, neste mesmo número.

uma língua polinômica, no sentido de que competem dentro dele várias normas em processo de elaboração<sup>6</sup>. Do ponto de vista do galego, o termo “língua polinômica” se revela útil não apenas (ou não tanto) para resolver a questão da diversidade dialetal, mas também (e sobretudo) a diversidade de propostas normativas que, entre outras coisas, propiciam um desempenho linguístico no discurso formal, incluindo a língua escrita, consideravelmente hesitante. Talvez se poderia falar, com mais precisão, de “língua polinormativas”, mas não acreditamos conveniente inventar um termo novo.

Inicialmente o debate sobre esta questão ignorou uma realidade que, como acabamos de assinalar, veio ganhando relevância nas últimas décadas: a pluricentricidade do português. Com efeito, a qual variedade do português deveria o galego ser reintegrado? Ao português europeu ou ao português brasileiro? A resposta, à primeira vista, pode parecer óbvia: a vizinhança geográfica de Galiza e Portugal e o pertencimento de ambos à União Europeia decantariam a resposta com clareza em favor do português europeu. Contudo, por causa das peculiaridades da evolução linguística do diassistema luso-brasileiro – e deixando à margem considerações de outro tipo: tamanho da população do Brasil, importância econômica desse país –, a verdade é que em aspectos importantes o galego se encontra linguisticamente tão próximo ou mais do português brasileiro que do europeu (MONTEAGUDO, 2012). O Acordo Ortográfico de 1990, que entrou em vigor em Portugal e no Brasil nos últimos anos, poderia servir para resolver o dilema, se não fosse porque é objeto de forte contestação em Portugal, e além disso consagra soluções gráficas duplas em aspectos relevantes (para não nos referirmos ao léxico e à terminologia). Em qualquer caso, tendo em conta que a pluricentricidade do diassistema luso-brasileiro é uma realidade consolidada e em processo de reconhecimento pleno, constataremos que a polinomia / polinormatividade do galego está entrelaçada à pluricentricidade do português.

### Os agentes normativos e a questão da autoridade

Devido às enormes diferenças sociopolíticas e sociolinguísticas que existem entre a Galiza e o Brasil, identificamos também uma grande disparidade nos processos de padronização linguística em ambas as realidades. A Galiza é hoje uma Comunidade Autônoma do Estado Espanhol, e a sua língua própria, o galego, sofre um prolongado processo de contato / substituição linguística, que se desenvolve em distintos ritmos em diferentes momentos históricos, mas que é sempre constante desde a criação do estado nacional e a imposição política de sua língua, o espanhol. Antes mesmo de que se desse início a esse processo de substituição, o galego já tinha perdido o trem da gramatização das grandes línguas europeias, que começa com a elaboração das primeiras gramáticas no século XVI. Esse processo, no nosso caso, foi iniciado no reino de Portugal, tomando como base para a elaboração normativa variedades meridionais da língua, o qual significou a primeira grande ruptura histórica na constituição de comunidades diferenciadas e claramente diferenciáveis no sistema linguístico.

Após a morte de Franco e a transição democrática, com a aprovação da Constituição de 1978, que abre um novo quadro legal com possibilidade de reconhecimento oficial para as línguas do Estado, o Estatuto de Autonomia Galego, aprovado em 1981, permite iniciar uma fase de institucionalização da língua galega. Surge neste momento a necessidade de se estabelecer uma norma ortográfica e morfológica que dê unidade na escrita e nos discursos oficiais às falas galegas. Essa norma, elaborada pelo Instituto da Língua Galega da Universidade de Santiago de Compostela (então a única que existia na Galiza) e a Real Academia Galega, foi aprovada por decreto do governo galego em 1982, mas é decorrente de um intenso debate normativo e não supõe o seu encerramento. Abre, mais bem, uma nova etapa, que se caracteriza pelo fato de que só uma das propostas tem apoio de instituições oficiais e de que as duas principais opções normativas se veem desde então envolvidas numa crescente tensão sem perspectiva de concórdia (SÁNCHEZ VIDAL, 2010, p. 232). As diferentes opções normativas até esse momento e daqui para frente se organizam, como explicamos anteriormente, em duas grandes correntes, a autonomista e a reintegracionista. A primeira defende, *grosso modo*, o desenvolvimento autônomo da língua galega, e uma ortografia fundada na tradição de escrita literária galega majoritária desde o século XIX, elaborada com base na ortografia do castelhano. A segunda corrente defende a confluência com o português e a adoção de

---

<sup>6</sup> Não ignoramos que o inventor do termo, Marcellesi, o utiliza num sentido bastante diferente do que lhe damos aqui, mas acreditamos que, com as devidas matizações, continua sendo útil para se referir à situação do galego. Lembremos que este autor acunha o termo “língua polinômicas” para se referir a «les langues romanes en train de se constituer ou de se faire reconnaître (en France: Corse, Occitan) [...] langues dont l'unité est abstraite et résulte d'un mouvement dialectique et non de la simple ossification d'une norme unique, et dont l'existence est fondée sur l'affirmation massive de ceux qui la parlent, de lui donner un nome particulier et de la déclarer autonome des autres langues reconnues» (MARCELLESI, 1984, p. 314; ver também THIERS, 1993, p. 255).

uma ortografia comum lusófona, mais próxima dos modelos de escrita galegos medievais. Veremos mais adiante as implicações ideológicas de cada uma das propostas, neste momento vamos apenas tentar delimitar os agentes e as instâncias implicados no processo padronizador.

O caso do português brasileiro é inteiramente diferente, dado que se trata de uma língua hegemônica num estado nacional independente, que convive só de forma local com comunidades linguísticas diversas. O conflito linguístico e normativo brasileiro tem duas dimensões, e revela uma situação que não é diferente da que se apresenta noutras realidades pós-coloniais. Existe, em primeiro lugar, um conflito social, produto da forte clivagem socioeconômica da sociedade brasileira, entre variedades estigmatizadas e variedades de prestígio (BAGNO, 2003), numa realidade em que as possibilidades de acesso às segundas são muito restritas para amplas camadas da população, sendo o seu domínio utilizado como poderoso instrumento de distinção social (FARACO, 2008). Há, em segundo lugar, e em paralelo à dimensão anterior, um conflito normativo estabelecido entre uma tradição gramatical de raiz lusitana e as diversas tentativas de legitimação das variedades urbanas de prestígio realmente usadas, empreendidas primeiro pela reivindicação literária de escritores brasileiros e mais recentemente por estudiosos da linguagem.

Se compararmos de uma perspectiva glotopolítica (GUESPIN; MARCELLESI, 1986) os agentes e as instâncias que participam deles, a primeira grande diferença entre os respectivos processos padronizadores galego e brasileiro tem a ver com o caráter mais ou menos explícito da planificação. Pelas circunstâncias em que se desenvolveu, a padronização galega pareceria estar mais próxima do que Calvet (2007, p. 70) denomina de “gestão *in vitro*”, como uma abordagem “dos problemas do plurilinguismo ou da neologia” da perspectiva do poder:

Em seus laboratórios, linguistas analisam as situações e as línguas, as descrevem, levantam hipóteses sobre o futuro das situações linguísticas, propostas para solucionar os problemas e, em seguida, os políticos estudam essas hipóteses e propostas, fazem escolhas, as aplicam (CALVET, 2007, p. 70).

O mesmo autor adverte, em relação a esse tipo de intervenção, sobre a necessidade de que essas decisões não vão a contrapé da gestão *in vivo*, isto é, das soluções intuitivas dos falantes e dos seus sentimentos linguísticos. Essa distinção não parece reconhecer com suficiente clareza o caráter sempre conflituoso e polêmico de qualquer intervenção política sobre a(s) língua(s), e nem as determinações político-ideológicas que incidem sobre a atuação dos agentes, sejam eles gramáticos, lexicógrafos, técnicos em política linguística ou professores. De qualquer modo, em nossa análise esse conceito nos permite capturar uma diferença que consideramos essencial na descrição dos dois processos em comparação: o fato de que no caso galego a planificação seja mais explícita e consciente, como consequência da necessidade de “equipar”<sup>7</sup> a língua para novas funções sociais, por causa da sua recente institucionalização. A principal “artificialidade” que caracteriza essa gestão *in vitro*, seria a “escolha” da variedade ou variedades que vão servir de base para a elaboração do padrão.

De alguma maneira, a tradição literária galega foi desenvolvendo um modelo de “língua comum”, de variedade considerada “cultura”, utilizada historicamente para a escrita literária e também para a expressão político-reivindicativa. Mas isso não quer dizer que se tenha consolidado a figura social de um “falante culto” de galego, cujos usos linguísticos sirvam como modelo de prestígio para essa “norma exemplar”. De fato, desde as primeiras descrições gramaticais do galego, a necessidade de procurar as variedades mais “puras”, menos interferidas pelo castelhano, levava à identificação de elementos linguísticos que pudessem ser incorporados ao padrão nas falas dos falantes rurais, aqueles que, paradoxalmente, detinham menos prestígio social. Essa disjunção entre relações sociais de prestígio e procura de modelos de língua menos castelhanizados criou um efeito de paralaxe (de diferença na posição aparente do objeto quando ele é visto por observadores em locais distintos) em relação às variedades rurais estigmatizadas. O galego socialmente mais estigmatizado passa a servir de base, da perspectiva dos agentes encarregados da padronização da língua, para novos modelos de correção. De alguma maneira, o

---

<sup>7</sup> Como explica Calvet (2007, p. 62), em relação ao equipamento das línguas, “se todas as línguas são iguais aos olhos dos linguistas, essa igualdade se situa num nível de princípios, isto é, num nível extremamente abstrato. Mas, na realidade, todas as línguas não podem cumprir, igualmente, as mesmas funções. Por exemplo, é claro que uma língua ágrafa não pode ser veículo de uma campanha de alfabetização, que se terá dificuldades em ensinar informática numa língua que não disponha de vocabulário computacional, ou ensinar gramática numa língua que não disponha de uma taxonomia gramatical, que uma língua falada por uma ínfima minoria da população de um país dificilmente poderá ser escolhida como língua de unificação desse país etc. Se, entretanto, por razões políticas, se desejar utilizar essas línguas nessas funções, será necessário reduzir seus déficits, *equipá-las* para que possam desempenhar seu papel”.

conflito normativo entre posições identificadas como elitistas, relacionadas ao reintegracionismo, e populistas, relacionadas ao autonomismo, se desenvolve em torno deste problema de definição das variedades de prestígio, como veremos mais adiante.

A realidade sociolinguística galega é, no momento da institucionalização da língua, muito complexa. Monteagudo (2005, p. 420) identifica, na arquitetura poliletal do galego sete variedades básicas:

- a) *Castelhana exemplar*: com base no castelhano padrão e próprio das classes altas e médio-altas urbanas, monolíngues e com níveis elevados de instrução.
- b) *Castelhana regional*: com características galegas, próprio das classes médio-baixas urbanas e das camadas médias semiurbanas e rurais com nível de instrução médio ou baixo.
- c) *Castelhana vulgar*: marcadamente galeguizado, próprio das classes populares com pouca instrução, geralmente bilíngues com dominância galega.
- d) *Galego exemplar*: pouco materializado, e mais na escrita do que na oralidade.
- e) *Galego comum*: mais ou menos uniforme, usado por setores das classes médias urbanas e semiurbanas com nível médio ou alto de instrução, bilíngues de dominância galega ou monolíngues galegos por escolha.
- f) *Galego (popular) tradicional*: com castelhanismos superficiais e próprio de sectores das classes populares semiurbanas e populares rurais, com nível baixo ou nulo de instrução, monolíngues ou bilíngues com dominância galega.
- g) *Galego popular (urbano)*: Muito castelhanizado, próprio das classes populares urbanas com pouca ou nula instrução e de setores das classes médias semiurbanas e rurais com instrução média ou baixa.

A tudo isso deve se acrescentar a presença de pelo menos três interletos: *Castrapo*, ou “castelhano intencional”; *Galego chapurreado*, ou “galego intencional”; e *Para-galego* ou *Neo-galego urbano*.

Nesse mesmo trabalho, Monteagudo (2005, p. 430) distingue, em relação ao galego, entre diversos ideais de língua ou de norma subjetiva: ideais de língua subpadrão, que se mantêm reativos à própria constituição de um galego padrão e fieis às variedades locais; ideais de língua padrão, que defendem a construção de um padrão autônomo e aut centrado, com duas tendências, uma popularista e uma cultista; e ideais de língua superpadrão, que propugnam a adoção de um padrão exonormativo, adaptado ou identificado com o português.

Nesse complexo panorama de normas objetivas e subjetivas (REY, 2001), a construção do padrão galego é uma operação polêmica que conta, no início dos anos 1980, com instituições ao serviço das autoridades políticas para a sua elaboração e implementação. O organismo ao qual o governo galego atribui competência para a elaboração das normas é a Real Academia Galega (RAG), uma instituição privada que cumpriu um papel histórico, desde o início do século XX, na articulação de políticas culturais galeguistas. Como nesse momento a RAG não conta com meios para levar a cabo esse papel, uma outra instituição de carácter universitário, o Instituto da Língua Galega (ILG), contribui com o seu conhecimento sobre a realidade dialetal galega e sobre gramatização. Precisamente, o ponto de partida para esse trabalho é a pesquisa sobre as falas galegas, o mapeamento dialetal da língua, que permite levantar uma série de dados das falas locais que são inseridos no novo padrão. O ILG já contribuíra nos anos 1970 com materiais para o ensino da língua, e vai ter uma intervenção muito intensa no desenvolvimento de neologismos e terminologia em galego para adaptar a língua às novas funções decorrentes de sua institucionalização.

Essa gestão *in vitro*, numa conjuntura de política linguística de baixa intensidade (LORENZO, 2009) e caracterizada por uma marcada verticalidade (SUBIELA, 2002), isto é, por partir diretamente do poder político e, em boa medida, à margem das ações do ativismo político-linguístico galeguista e progressista, teve influência na crise de autoridade que empece o processo padronizador e impulsiona a polêmica em torno à norma.

Nesse tempo, e com base principalmente na polêmica ortográfica, que acaba adquirindo um forte valor simbólico, a corrente reintegracionista adota, de forma geral, uma postura de frontal oposição ao novo quadro político autônomo, que identifica com o modelo de língua proposto. Em leituras mais recentes, essa polêmica é interpretada como expressão de um conflito entre elites (HERRERO VALEIRO, 2011; 2015). A procura de modelos de referência em variedades de prestígio portuguesas traz à baila o problema da autoridade numa situação de conflito linguístico tão aguda como é a galega.

No que diz respeito à relação entre variedade de prestígio e norma padrão, assim como em relação aos agentes implicados na dinâmica normativa, o conflito brasileiro é inteiramente diferente. Como dizíamos, a

realidade sociolinguística brasileira se caracteriza por uma marcada “polarização”, um conceito que Dante Lucchesi define como um

algoritmo da realidade sociolinguística brasileira baseado na polarização entre a norma sociolinguística da elite letrada, por um lado, e a norma da população socialmente marginalizada, por outro. O conceito de norma sociolinguística é aqui proposto para capturar o fato de que a oposição sociolinguística entre as classes sociais não se dá apenas em função da diferença no comportamento linguístico dos seus membros, mas igualmente em função da maneira pela qual esses membros avaliam os diversos usos da língua e de como as mudanças linguísticas se propagam em cada segmento social. Assim, a proposição de uma divisão axial entre uma norma culta, das classes mais altas, e uma norma popular, das classes mais baixas, assentaria teoricamente na consideração desses três parâmetros. Ainda dentro de uma visão social da língua, a estrutura sociolinguística deve ser vista como a resultante de uma rede de correlações que se estende da infraestrutura socioeconômica à superestrutura político-ideológica (LUCCHESI, 2015, p. 33-34).

Essa polarização remonta ao início da colonização e se mantém com a divisão social e étnica do país ao longo do período colonial e do Império. Nesse período histórico, o português era a língua segunda da enorme massa de população oprimida, constituída, sobretudo, por negros e índios, uma variedade de português nativizada através de um processo que o mesmo autor denomina de “transmissão linguística irregular”, e que está na base da atual norma popular brasileira.

Para Lucchesi (2015, p. 35) a polarização sociolinguística foi se atenuando a partir dos anos 1930, como consequência dos processos de industrialização e de urbanização da sociedade brasileira, e mais recente com o avanço da mídia de massas e as ainda precárias intervenções políticas de inclusão social, dentre as quais destaca a escolarização obrigatória. Nesse sentido, como indica Carlos Alberto Faraco (2008), a escolarização marca o início do “conflito linguístico” brasileiro, quando amplas parcelas da população que antes estavam à margem da educação regular traspassam os muros dos colégios, fazendo surgir num âmbito institucional do estado, o do ensino público, a autêntica “cara linguística” do país. Com efeito, como explicava Rafael Ninyoles (1985, p. 65), o conflito linguístico só acontece na “sociedade industrial urbana”, que apresenta um sistema de classes fluído, mais focado nas posições adquiridas do que nas atribuídas. Nesse tipo de sociedade, a alfabetização massiva é um fator fundamental do sistema educativo, e a competência linguística é um elemento primordial de acesso ao mundo do trabalho qualificado, que acaba determinando as posições econômicas.

A atenuação da polarização, ou o que Lucchesi chama de nivelamento sociolinguístico, é um processo complexo que coloca a questão normativa num lugar de destaque. A polêmica sobre a autoridade se concentra, no caso brasileiro, na oposição entre as normas urbanas de prestígio, com modelos linguísticos que, de fato, funcionam socialmente, transmitidos em boa medida pela mídia, e a tradição normativa de base lusitana, difundida no bojo de uma cultura linguística de autoritarismo prescritivista.

Como explica Bagno (2003), a norma padrão tradicional paira sobre as variedades de prestígio, como um modelo quase inatingível que causa uma grande insegurança linguística nos falantes cultos brasileiros. A gestão da norma, com a única exceção da ortografia, que no Brasil depende oficialmente da Academia Brasileira de Letras, se caracteriza pela sua dispersão, pois ela é produto de uma construção histórica espalhada em diversos instrumentos gramatizadores (FARACO, 2016, p. 357). Não existe, assim, nenhuma instituição que centralize a gestão do padrão, e a autoridade linguística assenta na tradição gramatical, que é diversa. Essa variação normativa, unida a uma cultura linguística autoritária, acaba se resolvendo pelo fomento social de modelos de língua muito restritos que Faraco (2011) denomina “norma curta”.

Diferentemente do que acontece na dinâmica normativa do galego, onde há instituições normativas e políticas governamentais explícitas de definição do padrão (com oposição política organizada), na dinâmica do português brasileiro há uma clara indefinição em relação a esse modelo artificial, com uma polêmica normativa em que a autoridade é constituída a partir de uma tradição gramatical de raiz lusitana e difundida por uma cultura normativa muito restritiva. Essa cultura gera uma enorme insegurança linguística mesmo entre os falantes considerados cultos, aqueles que dominam as variedades urbanas de prestígio, e afasta ainda mais os falantes das variedades estigmatizadas da possibilidade de domínio efetivo do padrão.

Se, por um lado, os falantes que fornecem modelos exemplares de língua para a construção do padrão não têm real prestígio social, no caso do galego; por outro lado, as características linguísticas dos falantes que

dominam as variedades de prestígio, no caso do português brasileiro, raramente são legitimadas por um padrão que funda a sua autoridade numa tradição radicada no português europeu. Em ambos os casos, embora por vias diferentes, o conflito normativo tem na sua base certa inadequação, ou uma difícil conciliação, entre prestígio social e modelos de gestão padronizadora.

### Ideologias linguísticas e práticas normativas

De acordo com Del Valle (2007, p. 18-23), as ideologias linguísticas são sistemas de ideias sobre as línguas e a linguagem, que se articulam em formações culturais, políticas e sociais concretas. Essas ideologias respondem a interesses de poder e autoridade, e costumam ser reproduzidas em práticas institucionais. Veremos como se manifestam algumas oposições ideológicas que consideramos fundamentais nos debates normativos galego e brasileiro.

**Autenticidade vs. Anonimato.** Os modos de instaurar autoridade permitem identificar, segundo Woolard (2008), dois complexos ideológicos, que ela denomina “autenticidade” e “anonimato”. O primeiro dá valor à língua pela sua relação com comunidades particulares, como forma genuína de expressão das suas raízes e memória compartilhada. O segundo estabelece a autoridade linguística das línguas hegemônicas, apresentadas como instituições públicas que não pertencem a ninguém, mas que estão ao serviço de todos, permitindo o acesso geral à esfera pública. A *autenticidade* pode ser garantia de sobrevivência para as línguas minoritárias, enquanto o *anonimato* acaba fortalecendo a hegemonia das línguas majoritárias.

Lagares (2013) mobilizava esses conceitos para identificar diferentes formas de construir autoridade linguística no caso galego. Embora a ideologia da *autenticidade* esteja presente em todos os discursos sobre essa língua em ambas as correntes normativas, tanto a autonomista como a reintegracionista, como é lógico por se tratar de uma língua minorizada, a segunda delas apresenta também argumentos que podemos identificar na ideologia do *anonimato*. A utilização dessa ideologia linguística nas circunstâncias atuais do galego é possível quando as falas populares são vistas como formas degradadas, interferidas pelo espanhol, de um modelo de língua culta/pura, constituída numa outra realidade sociopolítica. Dessa perspectiva, os falantes de galego são percebidos como minoria lusófona em território espanhol, o que causaria como efeito uma forma de *diglossia por deslocação* (GIL HERNÁNDEZ; RABUNHAL, 1989). As falas galegas estabeleceriam uma relação diglósica com a variedade normatizada espanhola, em lugar de fazê-lo com a norma padrão de seu próprio sistema linguístico, o do português. Essa ideia já fora formulada, em parte, pelo filólogo português Manuel Rodrigues Lapa em seu conhecido artigo de 1973, “A recuperação literária do galego”, que defende a adoção, por parte dos escritores galegos, do modelo de língua culta literária construída historicamente no sistema português (vid. ALONSO PINTOS, 2006, p. 203-211). Tal perspectiva tenta construir uma lealdade linguística entre os falantes galegos em relação a uma norma padrão que corresponde a uma outra realidade sociopolítica, sem explicitar claramente nem o modelo de língua pretendido nem o lugar que ocupariam as variedades galegas nesse padrão. Nessa proposta apenas a ortografia constitui um elemento claro de referência, como símbolo de identificação em relação a centros linguísticos e normativos bem definidos, que no nosso caso se situam nos focos de irradiação de norma da língua espanhola ou da língua portuguesa.

No que diz respeito ao português brasileiro, a discussão não se coloca nesses termos, pois estamos nos referindo a uma língua hegemônica cuja autoridade é construída sempre com o instrumento ideológico do anonimato. Nesse caso, a polêmica normativa se concentra também nos modelos de referência, na possibilidade de dar legitimidade em todos os âmbitos de uso a práticas linguísticas que não contam com o suficiente prestígio social, embora sejam habituais entre os falantes considerados cultos. Essa dissociação é própria de realidades pós-coloniais e consequência da própria dependência histórica das elites brasileiras. O projeto nacional brasileiro é construído sobre a base da ruptura com o passado colonial, ao mesmo tempo que evita cortar o vínculo e a unidade cultural com a civilização europeia. As elites que comandam esse processo devem se distanciar da metrópole na procura da sua independência, mas devem manter distância também em relação às classes populares, em que prevalecem elementos culturais nativos americanos e africanos.

Esse paradoxo do projeto político das elites brasileiras se refletirá, segundo Pagotto (1998), na contradição entre a formação de uma literatura brasileira fundamentada no sentimento nativista e o estabelecimento de um padrão linguístico normativo decalcado do padrão português europeu moderno; contradição que se evidencia na polêmica em torno da obra de José de Alencar, que era elogiado pelo tratamento por ele dado aos temas nacionais, ao tempo em que era severamente criticado por sua linguagem “brasileira” (LUCCHESI, 2002, p. 79).

Algumas gramáticas brasileiras, que constituem instrumentos dessa gestão dispersa da língua a que nos referíamos anteriormente, descrevem, em muitas ocasiões, práticas comuns entre os falantes cultos, embora continuem recomendando como exemplares as formas correspondentes da tradição normativa europeia (vid. LAGARES, 2016).

**Populismo vs. Elitismo.** De acordo com o que foi visto até aqui, a identificação de uma ideologia linguística populista, na valorização das falas populares, ou elitista, no reconhecimento da “exemplaridade” das práticas linguísticas das elites socioeconômicas, também se processa de formas diferentes em galego e no português brasileiro. A distância entre as variedades estigmatizadas e as variedades de prestígio, como consequência da polarização sociolinguística, é muito evidente no Brasil. A acusação de populismo que recai no discurso público, com frequência, sobre as tentativas de legitimação de construções linguísticas brasileiras é produto da insegurança linguística das elites, que têm dificuldade para reconhecer esses elementos em suas próprias práticas, como vem demonstrado em diversas obras Marcos Bagno (veja-se, por exemplo, especificamente BAGNO, 2009).

No debate normativo galego, essa oposição também tem uma clara componente ortográfica, exclusivamente, desde as origens do conflito originado pela escrita em galego. Nesse caso, a representação mais próxima ao sistema fonológico ou a manutenção de grafias da tradição medieval, que reproduziam uma estrutura fonológica antiga, provocou o dilema entre usos escritos mais “populares”/inovadores ou mais “cultos”/conservadores. O domínio efetivo da ortografia espanhola por parte dos falantes letrados galegos também introduz um elemento de aparente facilidade e “transparência” no uso de um sistema ortográfico construído sobre essa base.

**Nacionalismo(s): unidade e fragmentação linguística.** O tipo de reivindicação nacionalista que se manifesta na defesa de uma norma padrão brasileira, baseada na legitimação normativa das variedades de prestígio brasileiras, é também totalmente diferente da que se expressa nas duas correntes normativas galegas.

No galego, a corrente reintegracionista por sua oposição, em termos gerais, ao quadro político autônomo, denuncia o que considera submissão ortográfica ao espanhol como uma espécie de desistência em relação ao projeto nacional do Estado. Para essa corrente, a elaboração de uma norma autônoma com uma grafia próxima à espanhola contribuiria apenas a construir uma língua regional, sem poder para subverter as relações linguísticas desiguais que se manifestam na sociedade galega. Na sua posição é muito clara a consciência do papel da língua nacional como instrumento capaz de demarcar hierarquias sociais consideradas fundamentais, sendo que essa língua nacional nos colocaria num espaço lusófono que tem os estados nacionais de língua oficial portuguesa como referência. Por outro lado, a corrente autonomista denuncia no reintegracionismo a sua recusa a elaborar um padrão próprio ou a sua dependência de modelos exógenos para a sua construção, renunciando a uma língua nacional própria para aderir a uma ideologia de unidade lusófona mais ilusória do que real.

No caso do português brasileiro, o nacionalismo linguístico também se processa em duas direções normativas opostas: na da construção de um padrão brasileiro que dê legitimidade às variedades urbanas de prestígio, e na da defesa de uma unidade linguística fundamental lusófona, de carácter cultural e civilizacional (para a crítica ideológica a essa noção de Lusofonia, veja-se FARACO, 2016). Para as elites conservadoras, que não outorgam reconhecimento às suas próprias características linguísticas e que identificam nelas rastros desagregadores, de raiz sobretudo africana, de seu ideal europeu de língua portuguesa (LUCCHESI, 2015), a construção de um padrão brasileiro é percebido, paradoxalmente, como um atentado à língua nacional.

Nesse sentido, só determinados setores intelectuais, vinculados sobretudo à pesquisa linguística e literária, no Brasil, vêm reivindicando uma abertura normativa aos usos reais, que confronta a cultura normativa hegemônica e que dificilmente encontra formas de se difundir socialmente. Na Galiza, a disputa normativa vem se somar ao conflito linguístico provocado pela histórica sobreposição do espanhol, como um aspecto que divide o pequeno setor social engajado na defesa do galego. Em qualquer caso, tanto numa realidade sociolinguística como



na outra, o nacionalismo linguístico pode se processar em duas direções opostas e aparentemente contraditórias. Como vemos, enquanto instrumento ideológico, o nacionalismo, que costuma ser camaleônico, pode ser colocado ao serviço de qualquer causa.

### Considerações finais

Embora seja possível estabelecer paralelismos nos processos normativos de construção linguística do Brasil e da Galiza, em relação a duas variedades do grupo *portugalego* (BAGNO, 2011) que se encontram em pontos distantes e em situações sociais muito diferentes, os desenvolvimentos históricos particulares de cada contexto sociolinguístico dão lugar a dinâmicas normativas também peculiares em cada caso.

As disputas normativas do galego, explícitas e intensas a partir do momento da sua institucionalização como língua, quando declarada co-oficial e “própria” da Comunidade Autónoma da Galiza, encenam diversas formas de concebê-la e de delimitar seu espaço entre as línguas românicas. A necessidade de equipar a língua para cumprir novas funções sociais na Galiza após a redemocratização provocou uma série de intervenções explícitas, acompanhada por uma radicalização das posturas entre os agentes glotopolíticos chamados a realizá-las: linguistas, professores e escritores, fundamentalmente (MONTEAGUDO, 2004). Embora existissem instituições com tradição e legitimidade histórica na gestão da língua, como a Real Academia Galega, o novo cenário obrigou a criar outros órgãos e instituições e deu lugar a disputas de poder entre elites intelectuais e políticas para ocupar esses espaços.

Para além das discussões estratégicas sobre o futuro do galego, e das disputas de poder pela gestão linguística, em boa medida “a questão da língua” na Galiza se articulou sobre posições essencialistas em torno da “autenticidade” do idioma, do povo e da nação que se pretendia resgatar da sua preterição histórica.

No Brasil, diferentemente, o conflito que surge da histórica polarização sociolinguística, atenuada recentemente por processos complexos, e incompletos, de modernização da sociedade brasileira, se manifesta nas dificuldades para definir uma norma padrão que acolha e legitime a norma culta objetiva empregada pelas elites letradas do país. Com uma padronização dispersa, que se manifesta em instrumentos gramaticais de carácter autoral, não existe uma organização política de agentes dispostos a reconduzir esse processo, para além do ativismo de pequenos grupos de linguistas. A norma padrão tradicional, de raiz lusitana, embora ambígua, conta com agentes organizados em volta de instituições tradicionais, como, por exemplo, a Academia Brasileira de Letras e outras academias locais e regionais (mesmo que essas instituições não cumpram nenhum papel específico de gestão linguística), e se beneficia de uma cultura linguística conservadora, de preservação de um modelo de língua muito distante das práticas orais e escritas reais, mas que cumpre seu papel de “distinção” numa sociedade em que a desigualdade socioeconômica é dilacerante. Um modelo muito restrito de norma (a “norma curta” a que se refere Faraco [2011]) é difundido pelo que Bagno (2000) denomina “comandos paragramaticais”, formados por jornalistas, professores midiáticos, manuais de estilo de grandes jornais, consultórios gramaticais e cursos pré-vestibulares, que estabelecem regras arbitrarias e muitas vezes mal informadas para o uso escrito da língua.

Na medida em que a norma padrão constitui, enquanto intervenção política sobre a realidade social da língua, um foco de atração dos usos, ela também incide nas representações sobre os limites e a identidade do idioma. No caso brasileiro, a elaboração de uma norma padrão autônoma, ou a simples homologação de práticas linguísticas próprias da norma culta ao lado da prescrição tradicional, acena para uma reconfiguração na ideação da “língua portuguesa”.

Neste artigo, enfim, fizemos um primeiro exercício para tentar entender como esses processos glotopolíticos funcionam, considerando que ambos se encontram, em certa medida e por motivos diferentes, nas bordas da Lusofonia. Consideramos esse empreendimento necessário para pensar propostas de ação sobre a(s) língua(s) que sejam menos ingênuas e que estejam efetivamente inseridas numa política linguística democrática, melhor informada e mais participativa.

### Referências bibliográficas

ALONSO PINTOS, Serafín. *O proceso de codificación do galego moderno (1950-1980)*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza / Instituto da Lingua Galega, 2006.

- BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BAGNO, Marcos. Língua e sociedade na história do Brasil. *Grial*, n. 172, p. 110-117, 2006.
- BAGNO, Marcos. O português não procede do latim. Uma proposta de classificação das línguas derivadas do galego. *Grial*, n. 191, p. 34-39, 2011.
- BAXTER, Alan. Portuguese as a Pluricentric Language. In: CLYNE, M. (ed.). *Pluricentric Languages: Differing Norms in Different Nations*. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 1992. p. 11-43.
- CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, IPOL, 2007.
- CASTRO, Ivo. Introdução à História do Português. Lisboa: Colibri, 2006.
- CASTRO, Ivo. Forças de união e separação no espaço da língua portuguesa. In: CASTRO, I. *A Estrada de Cintra*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2017a, p. 23-33.
- CASTRO, Ivo. As políticas linguísticas do português. In: CASTRO, I. *A Estrada de Cintra*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2017b. p. 45-55.
- DEL VALLE, José. *La lengua, ¿patria común?* Ideas e ideologías del español. Madrid / Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2007.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FARACO, Carlos Alberto. A encruzilhada da lusofonia, *Grial*, n. 187, p. 76-81, 2010.
- FARACO, Carlos Alberto. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, X. C.; BAGNO, M. (orgs.) *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p. 259-275.
- FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Mauro; RODRÍGUEZ NEIRA, Modesto. *Usos lingüísticos en Galicia*. A Coruña: Real Academia Galega, 1995.
- GIL HERNÁNDEZ, António P.; RABUNHAL CORGO, Henrique. O conceito de diglossia segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinência para a Comunidade Lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação. *Nós. Revista da Lusofonia*, n. 13-18, p. 361-388, 1989.
- GUESPIN, L.; MARCELLESI, J-B. Pour la glottopolitique. *Langages*, n. 83, p. 5-34, 1986.
- HAUGEN, Einar. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, M. (ed.). *Norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 97-114.
- JOSEPH, John Earl. *Eloquence and Power: The Rise of Language Standards and Standard Languages*. New York: Basil Blackwell, 1987.
- KLOSS, Heinz. 'Abstand Languages' and 'Ausbau Languages'. *Anthropological Linguistics*, n. 9.7, p. 29-41, 1967.
- KROSKRITY, Paul. *Regimes of language: ideologies, politics, and identities*. Oxford: James Currey (ed), 2000.
- LAGARES, Xoán Carlos. O galego e os limites imprecisos do espaço lusófono. In: MOITA LOPES, L. P. (ed.). *O português no século XXI. Cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 339-360.
- LAGARES, Xoán Carlos. Dinámicas normativas del español y del portugués. In: NARVAJA DE ARNOUX E.; LAURIA, D. (comps.). *Lenguas y discursos en la construcción de la ciudadanía sudamericana*. Connet, Unipe: Editorial Universitaria, 2016a. p. 283-298.
- LAGARES, Xoán Carlos. Gramática Houaiss: o impossível equilíbrio entre descrição e prescrição. In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (orgs.). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016b. p. 71-92.
- LEPAGE, Robert B.; TABOURET-KELLER, Andrée. *Acts of Identity: Creole-based approaches to language and ethnicity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- LORENZO, Anxo. A situación actual da lingua galega: unha ollada desde a sociolingüística e a política lingüística. *Galicia 21: Journal of contemporary Galician Studies*, n. 1, p. 20-39, 2009.
- LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 63-92.
- LUCCHESI, Dante. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, ILZA (orgs.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2009. p. 101-124.
- LUCCHESI, Dante. Racismo linguístico ou ensino democrático e pluralista? A questão do ensino da língua portuguesa no Brasil. *Grial*, n. 190, 86-95, 2011.
- LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: A polarização sociolingüística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- MARCELLESI, Jean-Baptiste. La définition des langues en domaine roman: les enseignements à tirer de la situation corse. In *Actes du XVIIème Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes (Aix-en-Provence, 29 août - 3 septembre 1983)*, 9 vols. Aix-en-Provence: Université de Provence, vol. 5 (*Sociolinguistique des langues romanes*), p. 309-314, 1984.

- MONTEAGUDO, Henrique; BOUZADA, Xan. *O proceso de normalización do idioma galego 1980-2000. Volume 1. Política lingüística: análise e perspectivas*. Santiago: Consello da Cultura Galega, 2002.
- MONTEAGUDO, Henrique. A demanda da norma. Avances, problemas e perspectivas no proceso de estandarización do idioma galego. In: BOUZADA FERNÁNDEZ, X.; MONTEAGUDO, H. (coords.). *O proceso de normalización do idioma galego (1980-2000). Volume III. Elaboración e difusión da lingua*. Santiago: Consello de Cultura Galega, 2003. p. 37-129.
- MONTEAGUDO, Henrique. Outra Volta na Procura da Recendente Pantera? O Acordo Normativo de 2003. Antecedentes e Perspectivas. In: PINHO, J. B. (ed). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. São Paulo: INTERCOM, 2004. p. 37-129.
- MONTEAGUDO, Henrique. Do uso á norma, da norma ao uso (Variación sociolingüística e estandarización no idioma galego). In: ÁLVAREZ, R.; MONTEAGUDO, H. (eds.). *Norma lingüística e variación*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Instituto da Lingua Galega, 2005. p. 377-436.
- MONTEAGUDO, Henrique. A invención do monolingüismo e da lingua nacional. *Gragoatá* n. 32, p. 43-54, 2012.
- MONTEAGUDO, Henrique. Linguas, globalización e interculturalidade. *Grial*, n. 109, p. 70-79, 2016.
- MONTEAGUDO, Henrique. A lingua no tempo, os tempos da lingua. O galego, entre o portugués e o castelán. In: NEGRO ROMERO, M.; ÁLVAREZ, R.; MOSCOSO MATO, E. (eds.). *Gallæcia. Estudos de lingüística portuguesa e galega*. Santiago: Universidade de Santiago de Compostela, p. 17-60, 2017.
- MÜHLSCHLEGEL, U; MASSON, P. (orgs.). *Lengua, Nación e Identidad*. La regulación del plurilingüismo en España y América Latina. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, p. 303-323.
- NETO, Serafim da Silva. *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- NINYOLES, Rafael L. *Estrutura social e política lingüística*. Vigo: Ir indo, 1991.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Um Atlântico ampliado. O Português nas políticas linguísticas do século XXI. In: MOITA LOPES, L. P (ed.). *O Português do Século XXI: Cenário Geopolítico e Sociolingüístico*. São Paulo: Parábola, 2013a, p. 53-73.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos de Lingüística Aplicada*, vol. 52.2. Campinas, UNICAMP, 2013b.
- <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132013000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132013000200010&script=sci_arttext)> [último acceso: 4/10/2016].
- REY, Alain. Usos, julgamentos e prescrições linguísticas. In: BAGNO, M. (ed.). *Norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001. p. 115-144.
- ROSA, Gian Luigi de. Unimultiplicidade e Policentrismo do Português no Século XXI. In: Diálogos com a Lusofonia. Colóquio Conmemorativo dos 30 anos da Secção Portuguesa do Instituto Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia. Warszawa: Instytut Studiów Iberyjskich i Iberoamerykańskich UW, 2008. <<https://iberystyka-uw.home.pl/content/view/392/113/lang,pl/>>.
- RUBIN, Joan.; JERNUDD, Björn. *Can language be planned? Sociolinguistic Theory and Practice for Developing Nations*. Honolulu: The University Press of Hawaii, 1971.
- SÁNCHEZ VIDAL, P. *O debate normativo da lingua galega (1980-2000)*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza / Instituto da Lingua Galega, 2010.
- SILVA, Elias Ribeiro da. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, vol. 52, n. 2. Campinas, UNICAMP, 2013.
- SUBIELA, Xabier. Política lingüística en Galicia. In: MONTEAGUDO, H.; GARCÍA CONDE, S.; RUIZ DE CASTRO, H. López; SUBIELA, X. *A normalización lingüística a debate*. Vigo: Xerais, 2002. p. 131-171.
- THIERS, Ghjacumo. Language contact and Corsican polynomia. In: POSNER, R.; GREEN, J. N. (eds.). *Trends in Romance Linguistics and Philology*. Volume 5. Bilingualism and Linguistic Conflict in Romance. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 1993. p. 253-270.
- VALEIRO, Mário Herrero. *Guerra de grafías. Conflito de Elites*. Santiago de Compostela: Através Editora, 2011.
- VALEIRO, Mário Herrero. *A normalização linguística, uma ilusão necessária: A substituição do galego e a normalização do espanhol na Galiza contemporânea*. Santiago de Compostela: Através Editora, 2015.
- VENÂNCIO, Fernando. A castelhanização renascentista do léxico português. In: BRANDENBERGER, T. et alii (orgs.). *A construção do outro: Espanha e Portugal frente a frente*. Tübingen. Calepinus Verlag, 2008. p. 109-130.
- VENÂNCIO, Fernando. O espanhol proveitoso. Sobre deverbais regressivos em português. *Santa Barbara Portuguese Studies*, vol. XI, p. 6-41, 2012.
- WOOLARD, Katheryn. Language and Identity Choice in Catalonia. The interplay of Contrasting Ideologies of Linguistic Authority. In: SÜSELBECK, K; MÜHLSCHLEGEL, U; MASSON, P. (orgs.). *Lengua, Nación e Identidad: La regulación del plurilingüismo en España y América Latina*. Madrid/Frankfurt am Main: Iberoamericana/Vervuert, 2008. p. 303-323.